

Após a Segunda Grande Guerra, a economia capitalista teve um período de prosperidade. O crescimento econômico teve como um dos fatores de sua impulsão a reconstrução das forças produtivas devastadas pela guerra, e ocorreu sobre a base de um arranjo entre o capital e o trabalho que situou os conflitos de classe num patamar compatível com um ciclo de acumulação. Esse processo ocorreu tipicamente nos países de centro, com especificidades na Europa, EUA, Canadá e Japão. Entretanto, esse modelo influenciou os países periféricos que editaram versões assemelhadas de relações de trabalho, ainda que em patamares de benefícios sociais com menor abrangência e inferiores para os trabalhadores.

Durante este período, os salários e as condições de vida dos trabalhadores melhoraram, em especial nos países centrais. No entanto, a liberdade praticamente ilimitada cedida pelos trabalhadores ao capital, mediante, sobretudo, aos acordos reiteradamente selados entre sindicatos e patrões, fez com que o controle hierárquico sobre as relações de trabalho tivesse se incrementado ininterruptamente. As empresas aproveitaram continuamente as suas prerrogativas sobre a produção para aumentar sua influência administrativa e o controle sobre o trabalho.

A relativa *paz* entre capital e trabalho prolongou-se aproximadamente até o fim da década de 1960. Contudo, em 1968, agitações estudantis, seguidas de ondas de greves operárias nos anos subseqüentes, sacudiram a Europa e chegaram aos EUA, manifestando a insatisfação de estudantes e trabalhadores com as relações sociais vigentes.

Há indícios de que o descontentamento da massa trabalhadora e potencialmente trabalhadora (estudantes) esteve ligado à quebra da linha de bem estar ascendente do pós-guerra. A partir de meados dos anos de 1960, os incrementos salariais

quase haviam desaparecido, o desemprego aumentou por toda parte e as condições de trabalho nos empreendimentos também pioraram, com o aumento dos índices de acidentes e outros malefícios.

Essa evidente piora das condições de vida, bem como das expectativas dos trabalhadores, pode ter sido a determinação mais importante na quebra do *pacto* estabelecido. No entanto, não se pode descartar os efeitos decorrentes das relações de produção dominantes, pois como sugeriram as pautas motivadoras das greves selvagens, a contradição entre, por um lado, uma classe trabalhadora economicamente *remediada* e cada vez mais educada e, por outro, sua concomitante nulidade política na produção, era geradora de crescente descontentamento.

Ainda durante a fase de prosperidade, certos setores do capital deram início a experimentos, localizados e restritos, que tinham por meta a busca de novas formas de organização do trabalho. Com essa iniciativa reconhecia-se que a tensão secular decorrente do que Marx denominara de *trabalho alienado*, e que no período específico encontrava-se turbinado pela tecnocracia fordista e taylorista, não tinha sido satisfatoriamente equacionada nem mesmo naqueles setores em que se pretendia comprar o conformismo operário mediante a elevação dos consumos, ou seja, a sociedade do bem estar.

O intuito declarado desses experimentos visava encontrar os meios para dar maior autonomia aos trabalhadores no processo de trabalho; impulsionar o desenvolvimento do trabalho em equipes; flexibilizar a utilização do espaço e dos tempos; melhorar a combinação da organização do trabalho com os novos mercados e as novas tecnologias; aumentar a produtividade; melhorar a competitividade das empresas; criar espaços para a participação dos trabalhadores nos processos decisórios e aplacar o descontentamento das massas trabalhadoras no que dizia respeito ao despotismo fabril.

Essa experimentação obteve seus resultados. Nos anos subseqüentes a 1970, a literatura sociológica e sobre administração passou a ser povoada por conceitos como *just-in-*

*time*, trabalho em equipe, produção por meio de células de trabalho, descentralização e participação dos trabalhadores, dentre outros. Essa linha de pensamento parece ter alcançado inclusive o Estado, que passou a insistir em tópicos análogos como descentralização administrativa, organizações sociais e participação das comunidades na gestão dos assuntos públicos, como, por exemplo, no sistema escolar.

A retórica empregada de teor democratizante e com apelo à participação popular, sugere a abertura de espaços reais de poder para os trabalhadores e a população em geral, nas unidades econômicas e em outras organizações, mas de fato não se trata disso. A mudança do conceito de organização do trabalho - especificamente do conceito seminal de fábrica -, busca uma transformação da burocracia tecnocrática clássica, da qual fazem parte as renomadas tecnologias taylorista e fordista. Mas isso não tem a ver com cessão de poder real à classe trabalhadora, e nem ao menos com a captura de sua subjetividade, ainda que esta possa também ocorrer. Fundamentalmente, o que o novo conceito implica é uma reorganização *objetiva* do processo de trabalho.

Essas novas tecnologias no âmbito das relações de produção vêm sendo postas em prática parcial e fragmentariamente dos anos de 1960 aos dias de hoje. Apesar desse óbice, elas são reais, alimentam a consciência pública com idéias de que as elites trabalham para expandir a participação e a democratização, ao mesmo tempo em que integram com coerência as políticas neoliberais que dominam o proscênio histórico. Isto porque a sua mais profunda *virtude* consiste em multiplicar o poder despótico do capital, não pela interposição de autoridades ou por técnicas diretas de controle, mas pela imersão dos trabalhadores o mais plenamente possível no universo das categorias constitutivas do capital, cuja operatória reificante, até certo ponto, pode prescindir de personificações e mecanismos de coerção explícitos.

Como apontamos, essa ideologia adentra também às organizações escolares. A idéia de democratização ou de gestão democrática da escola figura na Constituição de 1988, bem como

na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996. Normas reguladoras para a educação são elaboradas e, aparentemente, abririam espaços à democracia e à participação na escola, sobretudo por meios dos conselhos escolares.

Há experiências escolares, tanto no setor público quanto no privado, que tentam demonstrar a possibilidade de desenvolvimento da gestão democrática sob a égide do capital. Os obstáculos com os quais essas experiências defrontam-se parecem ser comuns a elas, quais sejam: há quase que total desconhecimento das comunidades quanto ao *saber fazer democrático*; há uma falta de tradição e cultura democráticas e há uma reedição das lutas e conflitos verificados na sociedade em geral no interior das organizações. A democracia no Brasil é acontecimento histórico recente e com uma trajetória truncada por regimes ditatoriais. Além disso, a rigor, a única idéia de democracia com visibilidade social no país é a de democracia liberal, confinada à esfera política e demarcada por eleições periódicas de representantes. É muito recente a introdução da perspectiva democrática em organizações da sociedade civil, como na escola, por exemplo. E quando isto ocorre, com a inserção nas estruturas escolares de algum mediador de tipo democrático, como o conselho de escola, ao contrário do que muitas vezes se supõe, não é a cooperação que prevalece, mas, sim, dissensões muito semelhantes às encontradas nos setores mais *duros* da sociedade capitalista.

Quanto às iniciativas no setor privado que tentam inovar, seja pelo intento de transcender a pedagogia oficial e ou as relações de trabalho prevalecentes, observamos que elas podem confluir, não obstante o fato de terem partido de interesses distintos. Por um lado, a pedagogia inovadora pode conduzir, como um desdobramento espontâneo, à forma autogestionária de organização do trabalho escolar e, por outro, a mudança nas relações de trabalho de cunho autogestionário pode levar a inovações educativas as quais não estavam previstas ou não eram prioritárias.

No entanto, no desenvolvimento de suas atividades, elas acabam deparando-se com as mesmas questões colocadas às escolas públicas, ou seja, a falta de domínio de uma tecnologia democrática e os conflitos internos.

Porém, exatamente pela ausência da tradição democrática e pela falta de domínio da tecnologia social democrática é que essas experiências, e por serem experiências, tornam-se extremamente importantes, pois com seu exemplo elas podem subsidiar tanto acontecimentos análogos emergentes quanto a reflexão teórica de que carecemos a respeito da práxis democrática substantiva – e não simplesmente liberal – em todos os âmbitos da sociedade.

*Os Organizadores*